

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**

Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>  
- (42) 3220-3000

**OFÍCIO R. - Nº 2024.359****AO EGRÉGIO ÓRGÃO PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

**MIGUEL SANCHES NETO**, brasileiro, casado, Professor Universitário, portador da Cédula de Identidade nº 3641619-0 e do CPF nº 581.571.079-20, enquanto atual Reitor da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**, Instituição de Ensino Superior, autarquia estadual, integrante da administração pública indireta do Governo do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 80.257.355/0001-08, com sede à Avenida General Carlos Cavalcanti, nº 4748, Bairro de Uvaranas, cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná,

vem respeitosamente à presença de Vossas Excelências, com fulcro no art. 116, IV da Lei Orgânica nº 113/2005, bem como nos arts. 311 e seguintes do Regimento Interno desta Corte de Contas, formular a este Tribunal:

**CONSULTA**

nos termos abaixo descritos.

**I. DA AUTORIDADE LEGÍTIMA**

Preliminarmente registra-se que esta consulta é formulada por autoridade legítima, nos termos do art. 312, I do Regimento Interno desta Corte de Contas, que assim estabelece:

Art. 312. Estão legitimados para formular consulta:

I – no âmbito estadual, Governador do Estado, Presidente de Tribunal de Justiça, Presidente da Assembleia Legislativa, Secretários de Estado, Procurador-Geral de Justiça, Procurador-Geral do Estado, dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo Estado e conselhos constitucionais e legais; (g.n.)

O Reitor Miguel Sanches Neto foi nomeado como dirigente desta autarquia por meio do Decreto Estadual nº 11321/2022, publicado no Diário Oficial do Estado em 07 de junho de 2022.

Nesta esteira, é a autoridade competente para formular a presente consulta.

**II. DA INDICAÇÃO DA DÚVIDA**

A presente consulta versa sobre a aplicabilidade da Nova Lei de Licitações, especialmente no tocante à dispensa para a aquisição de bens/insumos/serviços/obras para atividades extensionistas, bem como o alcance do dispositivo.

Neste contexto, registra-se que a Lei Federal nº 14.133/21, em seu art.

75, IV, “c”, estabelece:

Art. 75. É dispensável a licitação: (...)

IV – para contratação que tenha por objeto: (...)

c) produtos para pesquisa e desenvolvimento, limitada a contratação, no caso de obras e serviços de engenharia, ao valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais); (g.n.)

O art. 377, III do Decreto Estadual nº 10.086/22, ao seu turno, disciplina:

Art. 377. Para a habilitação nas licitações e, no que couber, nas contratações diretas, a elaboração do termo de referência e do edital deverão observar as regras e documentação constantes no Capítulo VI do Título II da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e neste Regulamento. (g.n.) (...)

III – dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a ¼ (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300 000,00 (trezentos mil reais). (g.n.)

Conforme preconizado nos dispositivos acima transcritos, é possível contratar, mediante dispensa de licitação, objetos/serviços/obras destinados a “pesquisa e desenvolvimento”, desde que seja observado o valor de R\$ 300.000,00 em se tratando de obras e serviços de engenharia. O termo empregado pelo legislador “pesquisa e desenvolvimento” comporta diferentes interpretações, vez que o universo de pesquisas e desenvolvimento nas universidades é de expressiva amplitude.

A respeito da temática, convém trazer à discussão os projetos de natureza extensionista, que ganharam considerável espaço após a curricularização da extensão, regulamentada por meio da Resolução CNE/CES nº 07/2018<sup>[1]</sup>. Os projetos e atividades de extensão desempenham um papel importantíssimo junto à sociedade, promovendo, além da integração dos universos “comunidade universitária x sociedade”, o desenvolvimento sustentável e a formação prática para os alunos, dentre outras habilidades.

[1] De acordo com estes atos normativos, 10% dos currículos dos cursos de ensino superior devem ser compostos por atividades extensionistas.

Os projetos realizam-se por meio de conjunto de ações que objetivam levar o conhecimento acadêmico e a pesquisa para fora dos muros da instituição, contribuindo diretamente para a comunidade e a sociedade. São exemplos de projetos extensionistas já desenvolvidos ou em desenvolvimento na UEPG:

- Educação ambiental no contexto dos sistemas tradicionais e agroecológicos da erva-mate: valorização cultural e produção socioeconômica da agricultura familiar em Inácio Martins;
- Processos migratórios e intercâmbio: inclusão social e diversidade cultural;
- Produzir águas e conservar os solos como práticas básicas para o desenvolvimento local de comunidades rurais dos Campos Gerais;
- Desenvolvimento Local e Formação em Economia Solidária para Gestores e Grupos vulneráveis em Municípios de Ponta Grossa e Região;
- Paraná Fala Idiomas – (Paraná Fala Inglês e Paraná fala Francês);
- Núcleo de Defesa aos Direitos da Infância e Juventude – NEDDIJ;
- Núcleo Maria da Penha – NUMAPE;
- Proteção e empoderamento de mulheres: desenvolvimento de aplicativo de segurança para celulares e de cursos de formação para rompimento do ciclo de violência;
- Empoderamento de mulheres na prevenção do câncer do colo do útero: conscientização da importância da vacinação contra o vírus HPV em crianças e adolescentes e a importância do exame preventivo do câncer cervical em mulheres mães dos escolares em bolsões de pobreza em Ponta Grossa, Paraná;
- Combate à pobreza menstrual carcerária;
- Capacitação de pacientes oncológicos carentes e familiares diretos para o uso da Tecnologia da Informação como alternativa de fonte de renda; dentre outros.

Fonte: PROEX/UEPG. Relatório de Gestão 2022 – PROEX – Diretoria de extensão universitária. Disponível em: <https://www2.uepg.br/proex/proex-pro-reitoria-de-extensao/>. Acesso em: 12 set. 2024.

Esta é uma pequena amostra do universo extensionista da UEPG, na qual, de acordo com o último relatório da Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX) de 2022, foram desenvolvidas cerca de 574 (quinhentas e setenta e quatro) ações extensionistas, atingindo um público de 933.446 (novecentos e trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e seis) pessoas (PROEX/UEPG, 2022).

Dos exemplos acima, é possível concluir que o desenvolvimento das atividades extensionistas, não raras vezes, pressupõe a aquisição de bens/insumos/serviços/obras para o seu funcionamento, como: computadores, mobiliário, insumos laboratoriais, máquinas industriais, serviços técnicos especializados, etc.

Neste contexto emergiu a dúvida institucional acerca da possibilidade de aquisição de bens mediante dispensa de licitação para uso nas atividades de natureza extensionista. Por conseguinte, questiona-se:

1. É possível enquadrar as atividades extensionistas (programas, projetos, cursos e oficinas, eventos, prestação de serviços) no conceito de “pesquisa” e “desenvolvimento” referidos art. 75, IV, “c”, da Lei Federal nº 14.133/21 e art. 377, III, do Decreto Estadual nº 10.086/22?
2. É possível aplicar os preceitos do art. 75, IV, “c”, da Lei Federal nº 14.133/21 e art. 377, III, do Decreto Estadual nº 10.086/22, para aquisição de quaisquer bens, insumos, serviços e obras destinados a atividades extensionistas?

Os questionamentos acima indicam de forma clara e objetiva as dúvidas trazidas para a consulta neste Tribunal, em obediência ao art. 311, II do Regimento Interno do TCE/PR.

### III. DA FORMULAÇÃO EM TESE

Consoante estabelece o inc. V do art. 311 do Regimento Interno desta Corte de Contas, a consulta ora formulada foi construída “em tese”, não se trazendo à discussão nenhum caso específico, quer analisado ou aguardando análise.

### IV. DA CORRELAÇÃO ENTRE A DÚVIDA E A MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DESTE TRIBUNAL

Nos termos do art. 1º, XIII da Lei Complementar nº 113/2005, cabe ao Tribunal de Contas do Paraná, enquanto órgão constitucional de controle externo, “decidir sobre a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes”. Desta forma, as aquisições realizadas mediante dispensa de licitação constituem objeto de análise e controle por esta Corte de Contas, evidenciando a pertinência da consulta que ora se formula.

### V. DO PARECER JURÍDICO DO ÓRGÃO

Em cumprimento ao disposto no inc. IV do art. 311 do Regimento Interno, segue em anexo parecer jurídico emitido pela Procuradoria Jurídica desta Instituição para instruir o presente.

**CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, encaminha-se a presente consulta, razão pela qual requer-se:

- a) O seu recebimento e processamento, mediante a distribuição para um Relator, posto que preenchidos os pressupostos de admissibilidade preconizados no art. 311 do Regimento Interno;
- b) Após sua admissão, a remessa dos autos à Escola de Gestão Pública, para que informe sobre a existência de prejulgado ou decisões reiteradas sobre o tema;
- c) Ato contínuo, a remessa à Inspeção de Controle Externo competente, para a instrução do feito;
- d) A manifestação do i. representante do Ministério Público de Contas, nos termos do art. 314 do Regimento Interno do Tribunal;
- e) O exame e deliberação pelo órgão Pleno deste Tribunal, conforme estabelece o art. 315 do Regimento Interno.

(assinado eletronicamente)

**MIGUEL SANCHES NETO**

**Reitor**



Documento assinado eletronicamente por **Miguel Sanches Neto, Reitor**, em 22/10/2024, às 18:21, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2252455** e o código CRC **E427D19B**.